


EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: INDICADORES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

SEXUALITY EDUCATION AND STUDENTS WITH DISABILITIES: INDICATORS FOR SCHOOL PSYCHOLOGISTS' PRACTICE

EDUCACIÓN EN SEXUALIDAD Y ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD: INDICADORES PARA LA ACTUACIÓN DEL PSICÓLOGO ESCOLAR

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-089>

Data de submissão: 10/11/2025

Data de publicação: 10/12/2025

Caroline França Madeira

Mestranda em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI)

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Endereço: Maranhão, Brasil

E-mail: carolinefmadeira@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0000-2863-7087>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1434068741183017>

Pollianna Galvão

Doutora em Psicologia

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Endereço: Maranhão, Brasil.

E-mail: polliannagalvao@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7579-8852>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7198690684341273>

RESUMO

Embora as políticas públicas tenham avançado em relação à defesa pelo respeito à pluralidade e diversidade na sexualidade humana, em muitos contextos esse tema ainda é tratado como um tabu. Em grupos que carregam estereótipos, como pessoas com deficiência, a tendência da rejeição sobre a educação em sexualidade é ainda maior. Fundamentada na Psicologia Escolar crítica e na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, bases teóricas que compreendem que a concepção acerca da deficiência humana é oriunda das interações culturais e históricas, essa pesquisa investigou indicadores para a atuação do psicólogo escolar em uma escola pública de São Luís do Maranhão. Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos: observações, questionário e entrevista semiestruturada com os participantes. Participaram da pesquisa 03 professores(as), 01 coordenador(a), 02 tutores(as) de sala de aula e 01 professor(a) do AEE. A análise das informações fundamentou-se na constituição de significados e zonas de sentido, pela qual constatou-se: (1) Necessidades formativas para atuação na perspectiva da educação em sexualidade humana voltada ao estudante com deficiência; (2) Visão apriorística que conduz a uma desistência da mediação intencional pedagógica voltada a educação em sexualidade humana de estudantes com deficiência. A educação em sexualidade direcionada a estudantes com deficiência permanece limitada por um conjunto de concepções culturais, estigmatizantes e normativas ainda mais agudizada para essa população. Os resultados demonstram indicadores para a intervenção em Psicologia Escolar voltada à potencialização de práticas inclusivas e comprometidas com os direitos sexuais das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Educação em Sexualidade. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

Although public policies have advanced in defending respect for plurality and diversity in human sexuality, this topic is still treated as taboo in many contexts. In groups associated with strong stereotypes, such as people with disabilities, resistance to sexuality education is even greater. Grounded in Critical School Psychology and in Vygotsky's Historical-Cultural Psychology—theoretical frameworks that understand conceptions of human disability as constructed within cultural and historical interactions—this research investigated indicators for the work of the school psychologist in a public school in São Luís, Maranhão. The following procedures were adopted for data collection: observations, a questionnaire, and a semi-structured interview with participants. The study involved three teachers, one coordinator, two classroom tutors, and one Special Education (AEE) teacher. The analysis was based on the constitution of meanings and zones of sense, through which the following findings emerged: (1) training needs for professional practice within the perspective of sexuality education directed at students with disabilities; and (2) an aprioristic view that leads to a withdrawal from intentional pedagogical mediation regarding sexuality education for students with disabilities. Sexuality education for this population remains limited by a set of cultural, stigmatizing, and normative conceptions, which are even more pronounced in the context of disability. The results highlight indicators for School Psychology interventions aimed at strengthening inclusive practices committed to the sexual rights of people with disabilities.

Keywords: School Psychology. Sexuality Education. School Inclusion.

RESUMEN

Aunque las políticas públicas han avanzado en la defensa del respeto a la pluralidad y diversidad en la sexualidad humana, en muchos contextos este tema sigue siendo tratado como un tabú. En grupos que cargan fuertes estereotipos, como las personas con discapacidad, la tendencia a rechazar la educación en sexualidad es aún mayor. Fundamentada en la Psicología Escolar crítica y en la Psicología Histórico-Cultural de Vygotsky—marcos teóricos que comprenden que la concepción sobre la discapacidad humana se origina en las interacciones culturales e históricas—esta investigación investigó indicadores para la actuación del psicólogo escolar en una escuela pública de São Luís, Maranhão. Para ello se adoptaron los siguientes procedimientos: observaciones, cuestionario y entrevista semiestructurada con los participantes. Participaron en el estudio tres docentes, un(a) coordinador(a), dos tutores(as) de aula y un(a) profesor(a) de AEE (Atención Educativa Especializada). El análisis de la información se basó en la constitución de significados y zonas de sentido, a partir de lo cual se identificó: (1) necesidades formativas para la actuación dentro de la perspectiva de la educación en sexualidad humana dirigida a estudiantes con discapacidad; y (2) una visión apriorística que conduce al abandono de la mediación pedagógica intencional referente a la educación en sexualidad para estos estudiantes. La educación en sexualidad destinada a estudiantes con discapacidad sigue limitada por un conjunto de concepciones culturales, estigmatizantes y normativas, aún más acentuadas para esta población. Los resultados muestran indicadores para la intervención en Psicología Escolar orientada a potenciar prácticas inclusivas y comprometidas con los derechos sexuales de las personas con discapacidad.

Palabras clave: Psicología Escolar. Educación en Sexualidad. Inclusión Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A problematização da educação em sexualidade humana no contexto escolar representa um compromisso orientado pelos princípios de igualdade e dignidade humana estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que garante que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa para exercer sua sexualidade, ter filhos, constituir família e conviver em sociedade (Brasil, 2015). Essas legislações asseguram a inclusão e a proteção social das pessoas com deficiência, garantindo-lhes direitos fundamentais e promovendo a igualdade de oportunidades no acesso à informação, à educação e à participação na sociedade.

Nesse sentido, a escola desempenha um papel sociopolítico na desconstrução de estereótipos e para a promoção de uma educação sexual que contemple a diversidade, favorecendo um ambiente de respeito, acolhimento e informação acessível a todos os estudantes com e sem deficiência. É fundamental que a escola crie espaços de diálogo e reflexão sobre a sexualidade, reconhecendo-a como parte inerente ao desenvolvimento humano e combata ativamente qualquer forma de discriminação e preconceito presentes, assegurando que a criança e o adolescente, independentemente de sua condição, possam desenvolver-se integralmente (Mezzalira *et al.*, 2020).

Atualmente, a educação nesse tema reconhece que a multiplicidade de formas de expressão da sexualidade deve ser de interesse daqueles que defendem uma sociedade que respeite a inclusão (Maia; Pastana, 2018). Os autores Galvão *et al.* (2018) e Marinho-Araujo *et al.* (2022) afirmam que a escola democrática e inclusiva demanda um compromisso ético e político de transformação dos ambientes educacionais. Isso requer uma ressignificação da atuação pedagógica, que vá além da mera inclusão física, buscando integrar esses indivíduos em contextos que valorizem e respeitem a diversidade e pluralidade humana. A responsabilidade política, aliada à ética profissional, orienta a construção de uma educação que garanta a cidadania e o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

Para essa transformação, torna-se essencial defender uma atuação institucional e crítica da Psicologia Escolar que promova a ruptura com concepções e práticas capacitistas voltada ao público estudantil da educação especial que os apartam das oportunidades de ensino, aprendizagem e desenvolvimento (Fleith, 2011; Galvão *et al.*, 2025; Marinho-Araujo, 2016, 2014). Essa atuação, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, compreende o indivíduo como um ser constituído nas e pelas relações mediadas com o outro e com o mundo. Para Vygotsky (1983/2007), precursor estudos voltados à defectologia humana, o desenvolvimento decorre das relações sociais culturalmente partilhadas e mediadas em determinados tempos históricos e respectivas formas de organização da sociedade voltada às pessoas com deficiência. Por isso mesmo, entender esse fenômeno nessas

perspectivas teóricas requer necessariamente delocar o olhar sobre a deficiência das características filogenéticas e ontogenéticas para as condições sociais que afetam o lugar de mundo das pessoas atípicas.

Partindo desses pressupostos, faz-se necessário refletir: como a construção social, envolta por influências culturais e históricas acerca da deficiência e da sexualidade, afeta o desenvolvimento do estudante com deficiência nas escolas? Como o psicólogo escolar pode mediar discussões sobre sexualidade e contribuir para o processo de educação em sexualidade humana?

Esses questionamentos se baseiam na noção de que a atuação do psicólogo escolar demanda o desenvolvimento de estratégias de intervenção que promovam a capacitação e a sensibilização de todos os atores escolares. É necessário que o psicólogo possua articulação direta e cotidiana com o ambiente escolar, além de fundamentar a sua atuação com referências epistemológicas que considerem a gênese do psiquismo humano a partir de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos (Marinho-Araujo, 2016). Seu compromisso ético e político deve fomentar intervenções institucionais com base na compreensão de que os processos sociais vivenciados no cotidiano escolar que apartam, de forma mais perigosa, quaisquer ações e estratégias pedagógicas que envolva o ensino sobre sexualidade humana voltada aos estudantes com deficiência.

A fim de colaborar com a temática, este estudo visou investigar indicadores para a atuação do psicólogo escolar em uma escola pública de São Luís – MA no processo de educação em sexualidade humana voltado a estudantes com deficiência. Especificamente, objetivou-se (I) compreender as concepções e práticas dos atores escolares sobre a atuação do psicólogo escolar; e (II) identificar, a partir das rotinas e atividades da escola, indicadores para a atuação desse profissional a fim de potencializar a educação em sexualidade humana voltada aos estudantes com e sem deficiência. Conhecer as ações realizadas nessa frente contribui para o fortalecimento das discussões sobre a Psicologia Escolar e o desenvolvimento da pessoa com deficiência em suas dimensões políticas, culturais, sociais e desenvolvimentais, assim como para a educação em sexualidade no contexto escolar

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia Escolar crítica requer abordagens teóricas que considerem os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais na gênese das funções psicológicas humanas (Marinho-Araujo, 2016). A perspectiva histórico-cultural oferece à Psicologia Escolar princípios e bases que apoiam uma abordagem fundamentada em concepções alicerçadas em uma perspectiva da potência, em detrimento do fracasso e da doença, levando em consideração a relevância da mediação psicológica para todos os indivíduos em contextos sociais específicos de desenvolvimento (Marinho-Araujo, 2016). O psicólogo

escolar pode atuar como mediador dos atores escolares, promovendo reflexões acerca dos mitos, preconceitos e tabus que permeiam a educação em sexualidade humana, bem como potencializar o processo de inclusão dos alunos com deficiência nesses temas.

Como objetivo da intervenção, o psicólogo, de forma intencional estimula a conscientização dos indivíduos, auxiliando-os a alcançar maior clareza na busca por autonomia e independência diante das oportunidades de desenvolvimento ao longo do processo de escolarização (Muniz; Galvão, 2022; Marinho-Araujo, 2016). É fundamental que o psicólogo escolar prvoque inúmeros processos de conscientização sobre funções, papéis e responsabilidades dos membros da comunidade educacional, promovendo encontros e espaços de diálogo que estimulem a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas sustentadas pelo capacitismo estrutural (Gesser e Block, 2024).

Marinho-Araujo (2014) defende que o trabalho do psicólogo escolar deve ser pautado na coletividade, com todos e para todos. Por considerar que o desenvolvimento humano decorre das condições sociais organizadas na cultura, sua atuação deve provocar alterações estruturais na escola a partir da ruptura das concepções deterministas e superficionais sobre aprendizagem humana para, assim, possibilitar a ampliação das vivências escolares inclusivas das pessoas com deficiência Ao afirmar que o a formação do psiquismo humano ocorre em função das interações sociais e das condições de vida, a Psicologia Escolar crítica trabalha com a concepção de que é a cultura na qual essas crianças com deficiência estão inseridas que precisa ser modificada (Vygotsky, 1983/2007).

Ampliar os espaços pelos quais o tema da sexualidade humana deve ser assumido pelos profissionais da escola significa compreendê-lo como um fenômeno histórico e culturalmente construído; sua concepção é aprendida socialmente e mediada pelas relações culturais, históricas e afetivas, não devendo ser tratado apenas pelo viés biológico, marcado por transformações hormonais e físicas próprias do sujeito (Pena, 2022). Ao mediar o pensamento crítico, promover o autoconhecimento e fomentar a construção de valores éticos, o psicólogo escolar contribui para a implementação de práticas que valorizam a diversidade e garantem o direito de todos ao pleno exercício de sua sexualidade (Brasil, 2015; Brilhante *et al.*, 2021; Mezzalira *et al.*, 2020). O estabelecimento de ações efetivas de educação sexual e de suporte à sexualidade requer uma mudança de paradigmas, bem como uma abordagem crítica e reflexiva, fundamental para a formação de atitudes preventivas sobre a sexualidade (Brilhante *et al.*, 2021).

O tema da sexualidade de sujeitos com deficiência, embora ainda pouco estudado devido à estigmatização e ao tabu que o cercam, tem sido objeto de interesse em pesquisas nacionais e internacionais (Joyal, Carpentier; McKinnon, 2021; Ottoni; Maia, 2019; Pena, 2022). Esses estudos são consensuais no entendimento de que abordar a sexualidade da pessoa com deficiência como parte

integrante do desenvolvimento humano é necessário em vários cenários educacionais e enfatizam o papel da escola como espaço privilegiado para a promoção de uma educação em sexualidade crítica e inclusiva.

O desenvolvimento da sexualidade humana não está condicionado a ter ou não uma deficiência. As transformações físicas, cognitivas, sociais e afetivas irão ocorrer, pois são inerentes ao ser humano e decorrem das intensas modificações hormonais, da descoberta do próprio corpo, das vivências com o outro e da construção da própria sexualidade (Maia *et al.*, 2020; Pena, 2022). A sexualidade constitui uma dimensão intrínseca do desenvolvimento humano, manifestando-se de forma progressiva e integrada às demais esferas da vida.

A pessoa com deficiência é frequentemente reduzida à assexualidade, sendo vista como inocente ou angelical. Dessa forma, nega-se a ela o acesso a informações sobre o tema, na tentativa de evitar qualquer estímulo ou despertar de sua sexualidade; ou ocorre o contrário, quando a pessoa com deficiência carrega estereótipos como a hipersexualização a partir de um olhar sobre suas manifestações sexuais exageradas e indesejáveis (Brilhante *et al.*, 2021; Maia; Vilaça, 2019). Em ambos os casos, ao se negar o direito à educação sexual, deixa-se de colaborar com o desenvolvimento emocional e social da pessoa com deficiência, de fornecer as habilidades sociais necessárias para o convívio social e para sua autonomia na vida adulta, o que acaba gerando adultos infantilizados, que não sabem expressar seus sentimentos e desejos sexuais (Maia; Vilaça, 2019).

Dessa forma, se há uma visão assexuada ou hipersexual da pessoa com deficiência, ela não advém de uma incapacidade dessas pessoas de se relacionarem com outros sujeitos; está pautada na forma como a sociedade se organiza culturalmente sobre o tema, na ausência de uma educação em sexualidade humana e na falta de estudos e discussões científicas mais aprofundadas. Para Vygotsky (1983/2007) o processo de humanização é construído a partir das relações sociais culturalmente partilhadas e mediadas dentro de um processo histórico; o contato do indivíduo com o ambiente cultural possibilita o aprendizado, que viabiliza o desenvolvimento dos processos do psiquismo humano. Negar o acesso da pessoa com deficiência ao conhecimento e ao desenvolvimento acerca da sexualidade é contribuir para o reforço da estigmatização.

3 METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa em Psicologia que adotou uma abordagem qualitativa, visando à construção de conhecimento acerca do desenvolvimento humano, fundamentada nos princípios epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural (Vygotsky, 2004). A escolha do método se baseia nos princípios metodológicos que supram a visão fragmentada e essencialista da mente humana e incluam

a noção de historicidade (Galvão, 2014).

As informações examinadas correspondem à condensação de parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado, estruturada a partir de três procedimentos metodologicamente planejados: (1) observações das atividades, práticas e rotina escolar dos atores institucionais; (2) interação com os participantes por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas; e (3) levantamento de informações que subsidiaram a identificação de potenciais indicadores da atuação da Psicologia Escolar voltada à educação em sexualidade humana de estudantes com deficiência.

O presente estudo contou com a participação de oito (08) profissionais¹, sendo: três (03) professores, dois (02) tutores de sala, um (01) professor do AEE, um (01) coordenador e um (01) diretor. A definição do número de participantes ocorreu por conveniência e acessibilidade, modalidade de amostragem amplamente empregada em investigações qualitativas, por possibilitar o acesso a sujeitos representativos do contexto investigado. O procedimento de análise adotado fundamentou-se na construção de zonas de sentido, a partir da apreensão dos significados produzidos nas interações, conforme proposto por Vygotsky (2004). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer nº 7.880.719.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados aqui representados serão discutidos a partir de duas zonas de sentidos cosntruídas: (1) Necessidades formativas para atuação na perspectiva da educação em sexualidade humana voltada ao estudante com deficiência; (2) Visão apriorística que conduz a uma desistência da mediação intencional pedagógica voltada a educação em sexualidade humana de estudantes com deficiência. O processo de interpretação das informações ocorreu de forma interativa e complementar, respeitando a coerência teórico-metodológica estabelecida.

¹ A fim de preservação do anonimato os participantes serão identificados pela letra “P” seguido de uma numeração.

Tabela 1. Zona de sentido 1: Necessidades formativas para atuação na perspectiva da inclusão.

Indicador de atuação	Exemplos de falas
Necessidade de formação prática que atenda a diversidade das deficiências.	P1 “As deficiências, elas são múltiplas, então tem criança que tem 2, 3 laudos e aí é bem complicado, mas nada que a gente não pode superar. Só conhecendo o aluno trabalhando com ele no dia a dia é que a gente vai aprendendo a trabalhar com os alunos. Mas, formação específica [para atuar com adolescentes com deficiência]? Não”
Insegurança da equipe técnico-pedagógica sobre comportamentos relacionados a sexualidade de estudantes com e sem deficiência.	P5 “se você falar [sobre algo relacionado a relacionamentos amorosos], ela [nome retido, estudante com deficiência] fica perguntando o tempo todo, entendeu? Ela não consegue ouvir, entender aquilo ali e deixar de mão. Não, ela fica te perguntando. Mas, por que isso? Por que aquilo? E por que que eu não faço [sobre namorar]? Por que a pergunta dela é por que que fulano faz e eu não faço?”
A falta de formação específica sobre sexualidade humana voltada ao estudante com e sem deficiência.	P7 É porque eu acho que para o professor trabalhar a sexualidade [do adolescente com e sem deficiência], esta precisaria ser trabalhada antes. Na nossa formação deveria já ter uma cadeira que fosse comum a todos os profissionais da educação. Ou se não, uma formação continuada, algo que nos capacitasse a trabalhar a temática. Porque não é só falar assim, vocês precisam trabalhar essa temática, tá? Mas, como? Com que recursos? Com que material didático? Porque nem todo mundo tem essa facilidade também de trabalhar a temática.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A primeira zona de sentido “Necessidades formativas para atuação na perspectiva da educação em sexualidade humana voltada ao estudante com deficiência”, foi construída a partir das experiências vivenciadas pela pesquisadora no campo. A imersão no campo aconteceu através das observações e entrevistas, onde foram realizadas análises críticas por parte da pesquisadora, tal como preconiza o fazer do mapeamento institucional, despertando assim reflexões e questionamentos sobre a realidade escolar (Marinho-Araujo, 2014).

O Indicador de atuação 1 “Necessidade de formação prática que atenda a diversidade das deficiências” evidenciou uma preocupação recorrente entre a equipe técnico-pedagógica: a escassez de espaços formativos continuados no município capazes de preparar os profissionais para lidar com as múltiplas demandas e diversidades que atravessam o cotidiano escolar. As falas dos participantes revelam uma dificuldade diante de situações como as múltiplas deficiências e suas diversidades. O que suscita reflexões sobre os desafios concretos e simbólicos enfrentados por educadores e demais profissionais da escola ao atuarem com estudantes com deficiência.

Este contexto resgata o indicador de competência técnica e prática proposto por Marinho-Araujo (2014), que traz a dimensão “assessoria do trabalho coletivo” de atuação institucional e dinâmica, onde o psicólogo atua contribuindo com as práticas pedagógicas. Dessa forma, o psicólogo pode contribuir com essa temática ao promover uma formação teórico-pedagógica continuada sobre a inclusão e diversidade, dentro do âmbito do conhecimento psicológico (Galvão *et al.*, 2018; Marinho-Araujo *et al.*, 2020), como uma de suas estratégias de intervenção.

Na assessoria o psicólogo pode traçar ações para instrumentalizar a equipe técnico-pedagógica, com foco no estudo, planejamentos e avaliação de ensino planejadas intencionalmente, pode promover oficinas de autoavaliação, grupos de estudo, intervenções coletivas e projetos interdisciplinares podem se configurar como espaços de diálogo e aprendizado mútuo (Galvão, 2014). É importante que essas estratégias educacionais não sejam pautadas apenas na transmissão de teorias, sem a devida conscientização e utilização de metodologias práticas, que possibilite que estes profissionais desenvolvam competências, autonomia e estratégias que qualifiquem sua atuação para que possam atender a diversidade e multiplicidade das deficiências.

Outro ponto importante para discussão é sobre o reconhecer que a equipe técnico-pedagógica irá encontrar neste campo as mais diversas deficiências, alunos com mais de um diagnóstico, alunos com o mesmo diagnóstico, porém com especificidades diferentes, dentre outras. E que estes alunos também irão precisar de uma equipe multiprofissional que facilite habilidades básicas para seu desenvolvimento junto a instituição escola (Galvão *et al.*, 2018). Os estudantes possuem singularidade, independentemente de ter ou não deficiência, que impactam diferentes dimensões do seu desenvolvimento e exigem abordagens pedagógicas e psicológicas integradas, como elucidado por P6:

“Eles [adolescentes com deficiência] são todos diferentes, né? Tem a mesma deficiência, mas são todos diferentes um do outro. Assim como nós, nós somos diferentes. Então, a gente precisa dar uma atenção mesmo voltada para a necessidade específica daquele aluno. E para isso a gente precisa de formação continuada nessa área.” (Dados da pesquisa, 2025).

Faz-se necessário que seja feito o Plano Educacional Individualizado (PEI), onde o psicólogo escolar poderá fornecer apoio na sua construção, nas adaptações das avaliações de aprendizagem e conteúdos escolares dos estudantes com deficiência, assim como assessorar o professor para que este amplie, revise, ressignifique e inove sua didática de ensino para cada criança com especificidades atípicas do aprender (Galvão *et al.*, 2018). O PEI (Brasil, 2015) é um documento que conduz a prática pedagógica, organiza a educação de um aluno com necessidades específicas, detalhando estratégias, objetivos e avaliações para atender as singularidades dos estudantes, com base em um trabalho colaborativo com os pais, atores escolares, professores do AEE e o psicólogo escolar.

Atuação do psicólogo escolar nestes contextos evidencia possibilidades de intervenção com caráter preventivo, voltada à promoção de práticas educativas mais inclusivas, reflexivas e conscientizadoras. Essas intervenções buscam incentivar a criação de estratégias de ensino diversificadas e interativas, favorecendo o aprendizado e o desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de suas condições (Marinho-Araujo, 2014).

O Indicador de atuação 2 “Insegurança da equipe técnico-pedagógica sobre comportamentos relacionados a sexualidade de estudantes com e sem deficiência”, demonstrado através dos exemplos evidenciaram sentimentos de angústias, queixas e questionamento dos participantes dessa pesquisa quando esses precisam lidar na prática com a manifestação do fenômeno da sexualidade humana de estudantes com deficiência. Esses profissionais revelam dificuldade em lidar com situações em que emergem o estudante com deficiência manifesta curiosidades sobre o tema ou possui comportamentos considerados indesejáveis, tais como abraçar e beijar pares. Como indicador de atuação do psicólogo escolar, segundo Galvao *et al.*, (2018) cabe a este acolher as dúvidas, receios, ansiedades e questionamentos dos profissionais que atuam no contexto escolar, frente a demandas que mobilizem autonomia e estratégias para lidarem com as demandas que surgem no dia a dia escolar do estudante com deficiência em uma perspectiva coletiva, para todos (Marinho-Araujo, 2014).

Silva (2025a) afirma que as crianças e adolescentes tentam demonstrar, direta ou indiretamente, a equipe técnico-pedagógica, que precisam e querem falar sobre sua sexualidade, como transmitido através da fala de P5 “teve outra situação também que ela [adolescente com deficiência] viu a menina se beijando e ela queria também. Ela disse ‘porque ela [adolescente sem deficiência] podia beijar e ela não podia’”. Porém, muitos destes profissionais carregam consigo insegurança, dúvidas, desconhecimentos, medos e tabus, frutos de sua própria história de vida e reflexo da educação sexual que tiveram (Brilhante *et al.*, 202; Maia; Vilaça, 2020; Silva, 2025a; Pena, 2022), como elucidado por P.7 “Eu acho que primeira falta conhecimento [sobre formação continuada voltada para a educação em sexualidade humana] mesmo a fundo, assim de ter tido esse momento na minha formação. Na minha família não se falava sobre isso”.

O trecho acima evidencia o silenciamento familiar, decorrente tanto de lacunas informacionais quanto da manutenção de tabus sociais sobre sexualidade humana que atravessa a formação e atuação dos próprios educadores. A ausência de diálogo familiar e educacional sobre o tema perpetua a ideia de que a sexualidade é algo proibido ou vergonhoso, dificultando que esses profissionais promovam discussões abertas e educativas com seus alunos. O psicólogo escolar, ao compreender essa dinâmica, pode intervir promovendo espaços de escuta individual e coletiva que incentivem o autoconhecimento e a ressignificação das próprias experiências dos professores.

No Indicador de atuação 3 revelou a falta de formação específica sobre sexualidade humana para trabalhar com adolescentes com e sem deficiência. Este indicador refere-se ao que Mezzalira *et al.* (2020) aborda sobre a importância de formação específica sobre sexualidade humana nas escolas, para que ocorra a construção de práticas pedagógicas consistentes e eticamente orientadas. A falta de ações voltadas para essa demanda contribui para a insegurança dos docentes e dificulta o desenvolvimento de uma abordagem inclusiva e humanizada, capaz de reconhecer a pluralidade das expressões da sexualidade, especialmente no contexto das pessoas com deficiência.

Os participantes dessa pesquisa relataram sentirem-se despreparados para trabalhar a educação em sexualidade humana, o que revela uma lacuna formativa significativa. As crenças que permeiam o posicionamento dos profissionais em não atuarem com o tema da educação em sexualidade humana, em sua maioria, estão alicerçadas nessa falta de uma formação continuada voltada à sexualidade humana associada aos mitos e tabus que comumente estão atrelados à essa temática (Brilhante *et al.*, 2021; Maia; Vilaça, 2019; Pena, 2022).

Para Mezzalira *et al.*, (2020) o psicólogo escolar, em colaboração com os demais atores escolares, pode contribuir com conhecimentos e técnicas do campo psicológico, para elaborar e implementar propostas pedagógicas e psicológicas que contemplem a discussão sobre sexualidade humana.

Iniciativas de formação continuada sobre educação em sexualidade humana já são realizadas. A autora Silva (2025a, 2025b), por exemplo, destaca a experiência sobre o curso *Corpos e Diversidade na Educação* (CDE) desenvolvido Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE) de uma Universidade Federal brasileira, que oferta formação continuada para profissionais da educação básica por meio de uma ação extensionista. O curso busca, através de aportes bibliográficos, entender e atender as demandas da sexualidade nas escolas, de modo a possibilitar reflexões e contribuir para as práticas pedagógicas referente à temática. Ressalta-se que o poder público, de acordo com a LBI (Brasil, 2015) também deve implementar, criar e incentivar programas de formação inicial e continuada sobre o atendimento educacional especializado aos professores, de forma que o estudante com deficiência tenha seu direito a educação e desenvolvimento físico, intelectual e social assegurado.

Como indicador de atuação, o psicólogo pode desenvolver formações abordando conceitos fundamentais da educação em sexualidade humana. Assim como oferecer escuta psicológica para compreensão de possíveis silenciamentos familiares destes educadores relacionados à temática da sexualidade humana.

Tabela 2. Zona de sentido 2: Visão apriorística que conduz a uma desistência da mediação intencional pedagógica voltada a educação em sexualidade humana de adolescentes com deficiência

Indicador de atuação	Exemplos de falas
Mitos e preconceitos agudizados quando a sexualidade está voltada para estudantes com deficiência.	P5 “[Foi perguntado sobre o que ele pensa sobre trabalhar a educação em sexualidade humana voltada aos adolescentes com deficiência] “Dependendo do público, dependendo do tipo de deficiência (...) porque existem vários tipos de deficiência, não é? E olha, digamos que a pessoa que tem esquizofrenia, que é o caso de [nome retido, estudante com deficiência], esse tipo não, não acredito que não dá para trabalhar, não dá para falar. Entende? Porque vai aguçar a curiosidade muito mais ainda.”
Visão restritiva do papel do docente quanto sua implicação na temática da educação em sexualidade humana voltada a adolescentes com e sem deficiência.	P7 “Eu nunca nem pensei sobre essa temática [educação em sexualidade humana para adolescentes com deficiência], para falar a verdade (...)Acho bem, é um desafio a mais. Com certeza, com certeza. É uma forma também de inclusão. Por que que eu vou trabalhar essa temática com os outros alunos e não com os deficientes? Por que não? Já é um preconceito. Então, claro que deve ter trabalhado sim. Mas, pra isso precisamos de um preparo [em educação em sexualidade humana] ainda maior.”

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No Indicador de atuação 1 “Visão apriorística que conduz a uma desistência da mediação intencional pedagógica voltada a educação em sexualidade humana de adolescentes com deficiência” um forte estigma que hierarquiza as possibilidades de vivência afetiva e sexual das pessoas com deficiência. Essa concepção desconsidera a singularidade e o direito de cada sujeito ao exercício da afetividade e da sexualidade, independentemente do tipo ou grau de deficiência.

Marinho-Araujo (2014) enfatiza que o psicólogo escolar não deve possuir uma visão ingênua da escola, mas compreendê-la como um espaço complexo, permeado por contradições e desafios, exigindo uma postura crítica e transformadora diante das mudanças necessárias. Dessa forma, o psicólogo escolar deve criar espaços de diálogo e reflexão sobre a sexualidade e se posicione eticamente diante de qualquer forma de discriminação e preconceito presentes (Mezzalira *et al.*, 2020).

Cunha e Dazzani (2016) salientam que, ao perpetuarem estereótipos de limitação, os professores não apenas estigmatizam o adolescente com deficiência, como reforçam barreiras sociais que os impedem de usufruir em diversas esferas das suas vidas sociais com segurança e saúde. Durante a observação interativa, foi percebido que a equipe técnico-pedagógica compartilhava dessa mesma concepção, que a sexualidade humana estava limitada a deficiências específicas e, por isso, trouxeram falas recorrentes de que o adolescente poderia se relacionar com outras pessoas, ter uma vida sexual, casar e ter filhos, porém, isso dependeria do tipo de deficiência que este possui.

Os atores escolares, ao direcionar a atenção apenas para os diagnósticos e condições clínicas dos estudantes, desconsiderando suas potencialidades enquanto sujeitos de direitos para exercerem sua sexualidade, demonstram uma visão restrita e biomédica da deficiência. Vygotsky (2012/1983), em seus estudos sobre a defectologia, já apontava a necessidade de superar essa concepção de redução do sujeito a sua limitação individual, desconsiderando os aspectos sociais, históricos e culturais que influenciam seu desenvolvimento. Isso está relacionado ao que Vygotsky (2012/1983) denomina “luxação social”, conceito que remete ao deslocamento da pessoa com deficiência em relação às estruturas de pertencimento social. O estudante com deficiência é frequentemente colocado em um lugar de desvalorização, o que impede o reconhecimento de suas potencialidades e reforça barreiras sociais, além de inviabilizar o acesso de informações sobre sua própria sexualidade.

Esse indicador de atuação evidencia necessidade da intervenção do psicólogo escolar para propor reflexões e reorientações no discurso social, que comumente está baseado por concepções ainda mais capacitistas quando relativo à educação sexual de estudantes adolescentes com deficiência (Galvão, 2014). Para Marinho-Araujo (2014) traçar possibilidades de atuação institucional permite que o psicólogo contribua para deslocar as concepções dos atores escolares de um modelo biologizante, centrado nas limitações individuais, para uma compreensão mais ampla e humana, que considera os determinantes históricos e sociais do desenvolvimento. A busca pela conscientização, entendida como uma ação política voltada à transformação pessoal e coletiva, possibilita a superação de visões conservadoras, deterministas e psicologizantes no contexto educativo, fortalecendo o compromisso ético e social da Psicologia Escolar.

O Indicador de atuação 2 traz uma visão restritiva do papel do docente quanto sua implicação na temática da educação em sexualidade humana voltada a adolescentes com e sem deficiência. Ao serem questionados sobre a educação em sexualidade humana e o papel da equipe técnico-pedagógica diante deste fenômeno, constatou-se a ausência de familiaridade dos participantes com a temática proposta.

O fato de não olhar a pessoa com deficiência enquanto ser que pode desejar e exercer sua sexualidade, inviabiliza suas existências e surgem a partir de uma visão apriorística de assexualidade da pessoa com deficiência (Brilhante *et al.*, 2021; Maia; Vilaça, 2019). A fala de P7, por exemplo, demonstrou que a pergunta realizada pela pesquisadora funcionou como um disparador reflexivo, levando à participante a ampliar seu olhar sobre os fatores sociais e relacionais envolvidos na sexualidade dos estudantes sem deficiência. Considera-se que a prática do psicólogo escolar, suas atuações e intervenções, precisam estar sustentadas por uma intencionalidade, orientada para mobilizar

processos que levem a conscientização e promover mudanças ou ressignificações nas práticas pedagógicas dos atores escolares (Galvão, 2014; Marinho-Araujo, 2014).

Uma outra percepção foi constatada quando esse mesmo questionamento foi direcionado ao P3, sobre quem deveria trabalhar a educação sexual nas escolas, que declarou: “Por profissionais capacitados, não é o professor de sala de aula. O professor de sala de aula, ele tem que estar capacitado a dar somente alguma boa aula”. O trecho expressa uma visão restritiva do papel docente, posicionamento que reforça a fragmentação do saber pedagógico e impede que a escola cumpra seu papel formador. O psicólogo escolar, nesse cenário, pode contribuir com ações de sensibilização e formação continuada, auxiliando o corpo docente a compreender que a sexualidade atravessa todas as dimensões do desenvolvimento humano e deve ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar (Mezzalira *et al.*, 2020).

Em contraste a estes exemplos de limitações, durante as observações interativas e por meio das entrevistas realizadas, verificou-se percepções dos participantes que se implicaram nesse papel de contribuição para a educação em sexualidade humana voltada a adolescentes com e sem deficiência. Percebe-se que, embora P6 aborde temas relacionados à sexualidade e prevenção, ele não restringe a educação em sexualidade humana a essa dimensão. Ao contrário, amplia o enfoque ao tratar a sexualidade como cuidado com o outro, como vivências, trocas e relações, assumindo uma postura de orientação junto aos estudantes:

“Acredito que o meu papel seja orientá-los [alunos com e sem deficiência] na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, de ter uma prática saudável, dentro do ponto de vista mesmo do cuidado com o seu corpo, do cuidado consigo e com o outro, com o parceiro(...). Os alunos são muito jovens, não tem alguém que oriente em casa e aí ainda entra muito cedo na vida sexual e com práticas equivocadas, sem o uso de preservativo” (P6)

Mezzalira *et al.* (2020) destaca a necessidade de ampliar os conhecimentos da equipe técnico-pedagógica sobre a educação em sexualidade humana em outras dimensões, como relacionadas a a diversidade de identidades, corpos e expressões de gênero, que não apenas ao plano das relações afetivo-sexuais, com ênfase aos aspectos biológicos de reprodução humana. Nessa direção, o psicólogo escolar pode desempenhar um papel fundamental ao fomentar discussões sobre a inclusão da diversidade sexual nos currículos. Ao participar da construção curricular, a equipe técnico-pedagógica tem a oportunidade de ressignificar suas concepções sobre a sexualidade humana e, assim, podem vir a orientar os estudantes com e sem deficiência nessa temática, dentro de suas atribuições. O foco de compreensão e intervenção neste indicador de atuação trouxe uma visão de homem como pertencente ao meio social ao qual está submetido (Vygotsky, 1983/2007). Desta forma, o psicólogo escolar, por

meio da promoção da conscientização dos papéis e responsabilidades dos diversos atores escolares, pode ressignificar e ampliar ações educativas críticas e emancipatória para todos (Marinho-Araujo, 2014)

5 CONCLUSÃO

A educação em sexualidade dirigida a adolescentes com deficiência constitui uma das múltiplas singularidades e desafios que atravessam o cotidiano das escolas brasileiras, já marcadas por questões culturais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, entre outras. Trata-se de uma temática permeada por tabus e estigmas, sustentados por crenças e valores historicamente enraizados, os quais produzem uma visão apriorística da deficiência e contribuem para a desistência da mediação pedagógica intencional voltada à sexualidade humana nesse público.

Os resultados deste estudo, fundamentados no objetivo geral de investigar indicadores para a atuação do psicólogo escolar no processo de educação em sexualidade humana voltado a estudantes com deficiência em uma escola pública de São Luís – MA, bem como nos objetivos específicos de compreender as concepções e práticas dos atores escolares e identificar, a partir das rotinas e atividades da escola, indicadores que orientem a atuação desse profissional para potencializar a educação em sexualidade humana de pessoas com e sem deficiência. As informações da pesquisa evidenciam que os motivos pelos quais a educação em sexualidade humana voltada à pessoa com deficiência permanece negligenciada nas escolas decorrem de um conjunto articulado de fatores limitadores, dentre os quais se destacam:

- 1- As lacunas na formação continuada tanto no campo da sexualidade humana quanto no âmbito da educação inclusiva, comprometendo a qualificação das práticas pedagógicas e interdisciplinares.
- 2- A persistência de concepções reducionistas e estereotipadas que atribuem à pessoa com deficiência características de assexualidade, frequentemente acompanhadas de processos de infantilização, ou, em sentido oposto, de hipersexualização, entendida como uma exacerbação patologizada e indesejável de suas expressões sexuais.
- 3- A insegurança da equipe técnico-pedagógica diante das manifestações de comportamentos relacionados à sexualidade, tanto de estudantes com deficiência quanto daqueles sem deficiência.
- 4- A reprodução de mitos, crenças e concepções enraizadas sobre sexualidade, que atuam como barreiras culturais que obstaculizam o desenvolvimento de práticas educativas críticas e emancipadoras.

- 5- A contestação do direito de estudantes com deficiência desenvolverem sua sexualidade, estabelecerem vínculos afetivo-conjugais ou constituírem família, sustentada exclusivamente pelo especificidades da deficiência, em flagrante violação dos marcos legais e dos direitos humanos.
- 6- A compreensão restritiva do papel docente, marcada pelo não assumir responsabilidades pedagógicas na temática da sexualidade, frequentemente considerada como um conteúdo externo à prática educativa cotidiana.
- 7- A desistência da mediação pedagógica intencional, que se expressa na recusa ou omissão em abordar conteúdos de sexualidade, mesmo quando emergem como demandas espontâneas na convivência escolar.
- 8- A negação do acesso à informação sobre sexualidade humana como estratégia de tentativa de controle, baseada na crença equivocada de que o conhecimento poderia estimular ou “despertar” a sexualidade dos estudantes.

Tais elementos revelam a urgência de avanços institucionais que favoreçam práticas educativas mais embasadas, inclusivas e comprometidas com os direitos sexuais das pessoas com deficiência. Sustenta-se que a atuação do psicólogo escolar deve favorecer a mobilização crítica do coletivo e incidir sobre as práticas dos diversos atores que compõem a comunidade educativa (Marinho-Araújo, 2010; 2016; 2018). Para tanto, torna-se imprescindível a consolidação de um perfil profissional comprometido com a superação de visões individualizadas, deterministas e psicologizantes, avançando em direção a iniciativas colaborativas que potencializam o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Devido à escassez de publicações sobre a temática, esta pesquisa sugere o incentivo à produção de novos estudos teóricos e empíricos que aprofundem as discussões sobre educação em sexualidade humana no contexto escolar, ampliando o repertório conceitual e metodológico disponível para orientar intervenções qualificadas no campo da Psicologia Escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL.** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRILHANTE, A. V. M. et al. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 417–423, 2021.
- CUNHA, E.; DAZZANI, M. V. Da repulsa da escola à diferença: historicizando raízes, perspectivando saídas. In: DAZZANI, M. V.; SOUZA, V. L. T. (Org.). **Psicologia Escolar Crítica: teoria e práticos contextos educacionais**. Campinas: Alínea, 2016.
- FLEITH, D. S. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: desafios para o Psicólogo Escolar. In: GUZZO, R. S. L.; MARINHO-ARAUJO, C. M. (Org.). **Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras**. Campinas: Alínea, 2011. p. 33–46.
- GALVÃO, P. Psicologia Escolar em organização não governamental: um estudo sobre o perfil profissional. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- GALVÃO, P.; MATOS, D.; ARAÚJO, C. X. (Org.). **O Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão da Criança com Autismo**. 2. ed. São Luís: Uniceuma, 2018.
- GALVÃO, P.; ROCHA, L. A.; OLIVEIRA, M. S. Atuação em psicologia escolar crítica para a inclusão de estudantes autistas. In: GALVÃO, P. et al. (Org.). **Psicologia Escolar: diversidade e inclusão**. 2025. p. 13–34.
- GESSER, M., & BLOCK, C. Capacitismo. In M. F. Diogo (Org.), **Diálogos interdisciplinares em psicologia e educação**. Pedro & João Editores. 47–54, 2024.
- JOYA L, C. C.; CARPENTIER, J.; MCKINNON, S. et al. Sexual knowledge, desires, and experience of adolescents and young adults with an autism spectrum disorder. **Frontiers in Psychiatry**, v. 12, 685256, 2021.
- MAIA, A. C. B.; PASTANA, M. Sexualidade e diversidade sexual na formação em psicologia. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 2018.
- MAIA, A. C. B.; VILAÇA, T. Sexualidade e deficiência: apontamentos sobre a educação sexual na escola inclusiva. In: RIZZA, J. L. et al. (Org.). **Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar**. Rio Grande: Ed. FURG, 2019.
- MAIA, A. C. B. et al. Educação sexual para alunos/as com deficiência em Portugal: indícios de uma formação docente precária. **REVES – Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 1, 2020.
- MARINHO-ARAUJO, C. M. Intervenção institucional: ampliação crítica e política da atuação em Psicologia Escolar. In: GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública**. Campinas: Alínea, 2014. p. 153–175.
- MARINHO-ARAUJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 2, p. 199–211, 2016.
- MARINHO-ARAUJO et al. Psicologia Escolar no cenário da pandemia da COVID-19: resignificando tempos e espaços para a atuação institucional. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 39, 2022.

MEZZALIRA, A.; FERNANDES, T.; PATRÍCIO, M.; ARAÚJO, M. A Psicologia Escolar como agente da formação continuada de docentes sobre diversidade sexual e gênero. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M.; TEIXEIRA, A. M. B. (Org.). **Práticas Exitosas em Psicologia Escolar Crítica**. Campinas: Átomo & Alínea, 2020.

MUNIZ, M. A.; GALVÃO, P. Inclusão de estudantes com deficiência na educação profissional: uma proposta de agenda em Psicologia Escolar. In: TEIXEIRA, C. et al. (Org.). **30 anos do curso de Psicologia da UFMA: contando e fazendo história**. São Luís: UFMA, 2022. p. 393–409.

OTTONI, A. C. V.; MAIA, A. C. B. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1265–1283, 2019.

PENA, A. L. Instinto e sexualidade de pessoas com deficiência na perspectiva de Vigotski. In: ABREU, F. S. D. (Org.). **Diversidade e inclusão: o que a teoria histórico-cultural tem a contribuir?** Curitiba: CRV, 2022. p. 149–160.

SILVA, S. M. P. Educação para a sexualidade na escola: uma necessidade. In: SILVA, S. M. P. (Org.). **Corpos e Diversidade na Educação**. São Luís: EDUFMA, 2025a.

SILVA, S. M. P. Práticas educativas para a diversidade: experiências e desafios vivenciados pelo GESEPE/UFMA. In: COSTA, E. F.; MOURA, J. F. (Org.). **Democracia e formação docente**. São Luís: EDUFMA, 2025b.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicada em 1934).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Obra original publicada em 1931).

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología**. Madrid: Machado Nuevo Aprendizaje, 2012. (Obra original publicada em 1983).

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.